COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.640-B, de 1999

Dispõe sobre a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a oitenta e cinco decibéis.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado RODRIGO MAIA

I – RELATÓRIO

O Projeto em epígrafe, originário do Senado Federal e de iniciativa da Senadora Marina Silva, em seu art. 1º, obriga o fabricante ou o importador de equipamento eletroeletrônico de geração e propagação de ondas sonoras a inserir texto de advertência, ostensivo e de fácil compreensão, de que constem informações referentes à eventualidade de ocorrerem danos no sistema auditivo exposto a potência superior a oitenta e cinco decibéis.

O parágrafo único determina que a advertência deverá constar nas peças publicitárias, no invólucro do produto, no manual do usuário e, quando as dimensões o permitirem, no equipamento.

O art. 2º impõe que o descumprimento das disposições desta Lei e de seu regulamento acarretará ao infrator as sanções e as penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Inicialmente, a proposição foi analisada, quanto ao mérito, na Comissão de Seguridade Social e Família. Transcorreu o prazo regimental sem que fossem apresentadas emendas ao projeto. Essa Comissão aprovou, unanimemente, o presente projeto.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, também não foram apresentadas emendas e a Comissão, ao analisar o mérito da proposição aprovou-a por unanimidade.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete, agora, à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, conforme determina o Regimento Interno da Casa no art. 32, inciso III, alínea “a”, examinar o Projeto, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto ao aspecto constitucional, foram observados todos os requisitos. A matéria se insere na competência concorrente da União, conforme o inciso VII do art. 24 da Constituição Federal e a iniciativa parlamentar, por meio de lei ordinária, é legítima.

No tocante à juridicidade, nada há a observar.

Sob o prisma regimental, há que se ressaltar o caráter terminativo do parecer desta Comissão quanto aos aspectos jurídico e constitucional do projeto sob exame, a teor do disposto no art. 54, I da Lei Interna. A matéria está sujeita à deliberação conclusiva das Comissões desta Casa, de acordo com o art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A técnica legislativa está de conformidade com as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e consolidação das leis.

Diante do exposto, e não havendo nada que possa impedir sua aprovação, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação do Projeto de Lei nº 1.640-B, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2003

Deputado Rodrigo Maia
Relator